

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

NEURENICE LEITE DA SILVA E AZEVEDO

**A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM**

**PATOS/PB
2014**

NEURENICE LEITE DA SILVA E AZEVEDO

**A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial para a obtenção do título de
licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Profa. Esp. Nadia Farias dos Santos

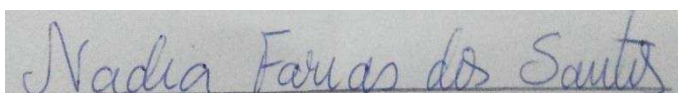
**PATOS/PB
2014**

NEURENICE LEITE DA SILVA E AZEVEDO

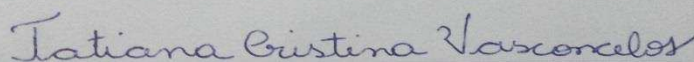
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial para a obtenção do título de
licenciatura Plena em Pedagogia.

Data da avaliação: 18/07/2014.

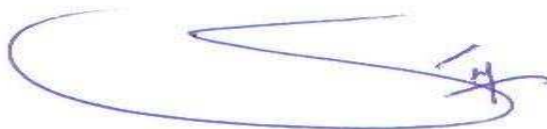
Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Esp. Nadia Farias dos Santos (orientador)



Prof.^a Dr.^a Tatiana Cristina Vasconcelos



Sara Maria de Lacerda Nóbrega

Prof.^a Ma. / UEPB

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A994i Azevedo, Neurenice Leite da Silva e.
A importância da literatura infantil no processo de
aprendizagem [manuscrito] : / NEURENICE LEITE DA SILVA E
AZEVEDO. - 2014.
35 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia
EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino
Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Esp. Nadia Farias dos Santos, CCEA".

1. Aprendizagem. 2. Letramento. 3. Leitura. I. Título.

21. ed. CDD 372.4

Ao meu esposo, aos meus filhos, neta e todos os que me ajudaram a realizar meu sonho. DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, e ao meu pai (in' memorian) por hoje está realizando este sonho.

“Não é no silêncio que os homens se fazem,
mas na palavra, no trabalho, na ação-
reflexão”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo intitulado A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM Este estudo apresenta como objetivo geral analisar a importância da literatura infantil no processo de aprendizagem dos alunos. E como objetivos específicos a pesquisar na literatura acadêmica vigente o surgimento da literatura infantil; Identificar conceitos e estratégias de trabalho com a literatura infantil; compreender a literatura infantil como ferramenta para desenvolver o gosto pela leitura. Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica de acordo com a classificação de Gil (2009). Como procedimentos metodológicos referentes a pesquisa bibliográfica apresentamos: escolha e seleção do tema; elaboração do plano de trabalho; localização das obras de referência da temática em estudo; análise e interpretação crítica do material coletado e redação ou elaboração da monografia. Como principais referências teóricas apresentamos: Cademartori (1987); Cunha (2003); kleiman (2004); Lajolo e Zilbermam (1988); machado (2001) entre outros. A leitura sendo um processo que se inicia muito cedo em casa, desde que a criança tenha contato com livros e materiais impressos e seja estimulada, terá melhores condições para um bom desenvolvimento, além de ter oportunidade de ampliar a atenção, memória, concentração, aumento do vocabulário entre outras habilidades.

Palavras – chave: Aprendizagem. Letramento. Leitura.

ABSTRACT

This study titled THE IMPORTANCE OF LITERATURE ON CHILD LEARNING PROCESS This study has as main objective to analyze the importance of children's literature in the learning process of students. And how specific the search the current academic literature the emergence of children's literature goals; Identify concepts and strategies for working with children's literature; understand children's literature as a tool to develop a taste for reading. This study was conducted through a literature search according to the classification of Gil (2009). As methodological procedures for the literature present: choice and selection of the theme; preparation of the work plan; location of reference works in the thematic study; critical analysis and interpretation of the material collected and drafting or preparation of the monograph. As the main theoretical references present: Cademartori (1987); Cunha (2003); Kleiman (2004); Lajolo and Zilbermam (1988); ax (2001) among others. Reading is a process that begins very early at home, since the child has contact with books and printed materials, and be stimulated, will be better able to develop a good, besides having the opportunity to broaden attention, memory, concentration, increased the vocabulary and other skills.

Keywords: Learning. Literacy. Reading.

LISTA DE SIGLAS

CENPEC - Centro de pesquisa para Educação e cultura.

FUNDEB -Fundo Nacional de Educação Básica

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

LDBEN - Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional

UNINOVE - Universidade Nove de Julho

UNESP - Universidade Estadual Paulista

CEI - Centro Educacional Infantil

PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 PROCESSO DE INTERVEÇÃO NAS ESCOLAS – CAMPO	13
1.1 Gestão Escolar.....	13
1.1.1 Processo de intervenção na Gestão Escolar	15
1.2 Educação Infantil	17
1.2.1 Processo de intervenção na Educação Infantil.....	19
1.3 Anos Iniciais do Ensino Fundamental.....	23
1. 3.1 Intervenções no Ensino Fundamental	24
2. LITERATURA INFANTIL: usos e desafios na educação infantil	25
2.2. A leitura infantil e a escola	28
3 METODOLOGIA.....	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

Este trabalho mostra a importância que o ser humano tem de expressar seus pensamentos por meio da LITERATURA. Sabemos que é na infância que as crianças começam a demonstrar seus talentos através de pinturas, poesias, danças etc.

A literatura é a expressão de uma certa concepção da realidade interior ou exterior do artista, fruto de sua experiência pessoal, transmitindo assim um conhecimento individual dessa realidade (Tufano, 1948, p.10).

Apesar da sociedade hoje está mudando com as novas tecnologias, ainda a literatura infantil encanta as crianças que param para ouvir e assim criar um mundo de fantasias, considerando importante pelo papel desempenhado, pois cada poesia, conto, fábula que a criança escute ou lê, ela sempre traz uma lição para a vida delas. E esse trabalho incentiva o corpo docente que trabalha nas séries iniciais a vê como as crianças sendo incentivadas a ler pode aprender muito mais.

A leitura é um processo constante que se inicia muito cedo, em casa a partir do que a criança tenha contato no dia a dia e na escola continuando pela vida toda. A criança que ouve histórias desde muito cedo, que tem contato com livros e materiais impressos e é estimulada terá melhores condições para um bom desenvolvimento, além de ter oportunidade de ampliar a atenção, memória, concentração, aumento do vocabulário entre outras habilidades. Percebemos que as crianças da educação infantil têm um enorme desejo e aceitação pela leitura, em especial, a literatura infantil e como ela abre portas para novas aprendizagens, sentiu-se a necessidade de pesquisar sobre a importância da literatura infantil para a aprendizagens dos alunos motivada pelas vivências do estágio no curso de Pedagogia – PARFOR do Campus VII da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A literatura infantil é uma excelente ferramenta e um método divertido e prazeroso de acesso a informações, socialização e aprendizagens dos alunos.

A intenção do presente trabalho é analisar a importância da literatura infantil

no processo de aprendizagem dos alunos. E como objetivos específicos a pesquisar na literatura acadêmica vigente o surgimento da literatura infantil; Identificar conceitos e estratégias de trabalho com a literatura infantil; compreender a literatura infantil como ferramenta para desenvolver o gosto pela leitura.

Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica e apresenta como principais referências teóricas apresentamos: Cademartori (1987); Cunha (2003); kleiman (2004); Lajolo e Zilbermam (1988); machado (2001) entre outros.

Esta monografia está estruturada em capítulos, sendo que o primeiro apresenta o estágio supervisionado e as experiências dos estágios supervisionados em gestão escolar, educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. O segundo passeia pela literatura infantil e sua influência no processo de aprendizagem. O terceiro descortina o percurso metodológico selecionado para este estudo. O quarto apresenta as principais ideias alcançadas com esse estudo. As considerações finais sintetizam as conclusões atingidas com essa proposta e as referências apresentam os autores que fundamentaram esse estudo.

1 PROCESSO DE INTERVEÇÃO NAS ESCOLAS – CAMPO

Este capítulo apresenta as experiências vividas durante o estágio obrigatório em gestão escolar, educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Programa de Formação de Formadores (PARFOR) em articulação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ministrado pela Universidade estadual da Paraíba (UEPB).

1.1 Gestão Escolar

A prática escolar consiste sua concretização nas condições que asseguram a realização do trabalho docente. Tais condições não se reduzem ao estritamente pedagógico, já que a escola cumpre funções que lhe são dadas pela sociedade que, por sua vez, apresenta-se como constituída por classes sociais com interesses contrários. A prática escolar assim, tem atrás de si condicionantes sociopolíticos que configuram diferentes concepções de homem e de sociedade e, conseqüentemente, diferentes pressupostos sobre o papel da escola, da aprendizagem, das relações professor-aluno das técnicas pedagógicas, etc. (LIBÂNEO, 1986; 19).

As funções políticas e sociais da escola são também atravessadas pelos interesses das classes sociais. Nessa perspectiva, é interessante situar a contribuição de tendências pedagógicas que resultam em diferentes concepções do papel da escola e, conseqüentemente, de sua função política e social na construção da cidadania.

A escola brasileira orientada em grande parte pelos pressupostos da pedagogia tradicional tem enfatizado a primeira das aprendizagens o conhecer que deverão, segunda esta perspectiva, caracterizar a educação do século XXI.

Através da análise dos principais documentos de política educacional produzidas entre 1985 e 1995 é possível perceber que, contrariamente ao que se pensa uma interpretação superficial permitiria supor, que não foi o governo Federal Henrique Cardoso o autor da descoberta da escola pela política educacional (VIEIRA, 1998). E aos poucos, e já no início da década de 90, que a escola começa a aparecer. Momento chave na emergência de uma atenção sobre o tema no debate

da política educacional é seminário sobre Qualidade, Eficiência e Equidade na Educação Básica, promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), portanto, ainda durante o governo Collor. O temário do evento discute a gestão escolar, na perspectiva de um repensar sobre o gigantismo burocrático dos sistemas de ensino e sobre a melhor alocação de recursos humanos as escolas. Cada escola deve ter autonomia para elaborar seu próprio projeto institucional e pedagógico.

É justamente este espírito do projeto de autonomia escolar buscado pelo governo, essa discussão chega ao Seminário de Pirenópolis através do texto: Autonomia da escola: possibilidades, limites e conduções de Mello (1992, p. 175 - 205), posteriormente publicado no livro cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio (MELLO, 1993).

O ano de 1993 oferece um registro importante para a compreensão do foco sobre escola. O Plano Decenal de Educação para todos instaura um processo de discussão levado a milhares de escolas. Reconhecendo que a escola como interlocutora legítima do processo de formulação do plano Decenal, uma de suas linhas de ação estratégica é o desenvolvimento de novos padrões de gestão e ampliar sua autonomia constituem, portanto, direção prioritária da política educacional.

No ano de 1994 uma oportuna contribuição a discussão sobre escola veio a público. O projeto Raízes e Asas. Tratando-se de um estudo empreendido pelo Centro de Pesquisa para Educação e Cultura (CENPEC) que relatava experiências de 16 escolas brasileiras para a melhoria da qualidade do ensino de seus alunos, Raízes e Asas, foi patrocinado pelo UNICEF e pelo Banco Itaú, tornando-se uma leitura consumida por secretarias de educação e por escolas.

Um dos fascículos, a propósito, elege a função social da escola como tema. O projeto pedagógico da escola que enfoca vários aspectos referentes ao tema. O relatório do evento reitera que a construção dos projetos-político pedagógico das escolas requer a descentralização e a democratização do processo de tomada de decisões e quer autonomia e a gestão democrática da escola que fazem parte do ato pedagógico.

A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino, é preciso acima de tudo, valorizar a escola e tudo o que lhe é próprio: a sala de aula e os professores; o currículo e a formação dos mestres; O resultado da aprendizagem.

O foco na escola se traduz também em alguns dispositivos da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) de 1996. A escola tem sido ao longo da história e permanece sendo a instituição social há um espaço de atuação, no âmbito de cada unidade escolar, que pode e deve ser ocupada por seus educadores, quando o espaço da escola é apropriado pela comunidade escolar, a violência contra esse patrimônio de todos, tão comum em nossos dias.

Após a Constituição Federal (CF) de 1988, temos assistido a mudanças nas formas de escolha do diretor de escola em decorrência do seu artigo 206, inciso VI, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público, o que estará presente também nas constituições estaduais e leis orgânicas.

O processo de escolha do diretor escolar via eleições diretas veio somar-se às novas funções administrativas da escola. As transformações introduzidas pela eleição direta e constituição dos colegiados passaram a ressaltar as características políticas do diretor e recolocar suas condições técnico-operacionais. Considere-se, ainda, que, em geral, nos sistemas em que a eleição direta foi admitida como a forma de provimento do cargo de diretor, podem ser candidatos à eleição todos os professores com pelo menos dois anos de serviço na escola, assistiu-se a uma significativa alteração no perfil profissional. Tal fato traz novas exigências para a formação do diretor escolar e novos desafios para sua identidade e caracterização.

Por tais razões, não há como negar que o perfil do diretor escolar mudou sobremaneira nos últimos anos, pelo menos nos estados e municípios onde se passou a realizar eleições diretas. As propostas governamentais, a literatura específica e mesmo os debates na área de Administração Escolar têm demonstrado relativo consenso de que houve mudanças no perfil do diretor escolar. Tais mudanças são identificadas como resultado de alterações significativas na rotina administrativa das escolas, a partir das medidas descentralizadoras na gestão educacional por parte do estado e da União, sobrecarregando o diretor, como já mencionado.

1.1.1 Processo de intervenção na Gestão Escolar

O Estágio Supervisionado em Gestão escolar é uma exigência do curso de Formação de Professores para relacionar teoria e prática, contemplando a ação coletiva na escola com a finalidade de atender as necessidades da realidade

escolar. É uma reflexão sobre ação pedagógica, visando possíveis mudanças, em busca de uma melhor qualidade da educação.

Este estágio Supervisionado tem como fundamento as disciplinas do curso, valorizando e integrando os conhecimentos em interdisciplinaridade com a disciplina Gestão Escolar. É necessário o relacionamento dos conhecimentos aprendidos no decorrer do curso com o cotidiano escolar, buscando assim, a superação das dificuldades encontradas no desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.

Nesse pensamento, o estágio supervisionado foi vivenciado de forma coletiva envolvendo as turmas de 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, nível de ensino em que atuamos.

Detectamos o problema a partir das entrevistas realizadas na escola e dos contatos mantidos com a direção, professores/as, especialistas e funcionários da escola que ajudaram para uma maior aproximação da realidade escolar.

Correspondeu a uma intervenção pedagógica realizada na Escola Senador Humberto Lucena, cuja culminância aconteceu no dia 25/09/2012 no turno tarde, trabalhando com o tema: “Valores Humanos na Família e na Escola”, esse projeto didático pedagógico foi devidamente elaborado e para a sua realização foram selecionados conteúdos e procedimentos metodológicos adequados, de acordo com a necessidade detectada.

O referido projeto teve com objetivo geral discutir valores morais e humanos, necessários a convivência da família, na escola e na sociedade de um modo geral, visando favorecer o controle da (in)disciplina na sala de aula e estimular a formação de hábitos e atitudes de respeito, responsabilidade, justiça, cooperação e amizade para com o outro no ambiente escolar.

No dia da apresentação dos temas abordados, o projeto foi desenvolvido em uma sala de aula, na qual juntamos os alunos das turmas 3º 4º e 5º ano e através de Datashow abordando os temas: Brincadeiras de criança, violência na escola, pais e amizade.

Iniciamos com uma conversa de sensibilização, em seguida apresentamos um vídeo com a música a paz no mundo. Foi apresentado um material contendo discussões sobre temas variados como: A família, o primeiro grupo em que vivemos, e a escola nossa segunda família. Todos os envolvidos participaram com perguntas e respostas sobre o tema abordado. Discutimos ainda,

sobre a importância destas duas instituições na nossa vida. Atitudes que precisamos vivenciar na família e na escola, falando sobre respeito, união, colaboração, amizade e proteção; reflexões sobre violência e como devemos tratar as pessoas; orientando que o bom comportamento na escola conduz o aluno a bons resultados. Os temas foram apresentados pela professora-orientadora do estágio em conjunto com as estagiárias que interagiram junto com os alunos.

Logo após, encaminhamos o momento final com fotos e distribuição de lembrancinhas, o que alegrou os alunos favorecendo assim o clima de despedida com muita animação.

Esse projeto foi de grande importância, tanto para as estagiárias como para os alunos e para a escola de um modo geral, havendo uma boa interação das turmas com o tema que trabalhado de forma significativa. Assim, acredita-se que a contribuição foi bastante positiva na escola e que o projeto alcançou o objetivo desejado.

1.2 Educação Infantil

A temática das crianças de 0 a 6 anos e seus direitos, a política de educação infantil, as práticas com as crianças, as alternativas de formação e a ação dos movimentos sociais no Brasil vem ocupando os debates educacionais nos últimos vinte anos.

O reconhecimento deste direito está firmado na constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do adolescente em 1990 na LDB de 1996 e explicito também nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI), no Plano Nacional de Educação (2001). Isso tem consequências para a formação de professores para políticas municipais e estaduais que com maior ou menor ênfase, tem investido na educação infantil como nunca antes no Brasil.

A luta pela inclusão no Fundo Nacional Educação Básica (FUNDEB) de crianças de 0 a 6 anos é parte visível deste processo, agregando nestes anos de marasmos em descréditos nas instâncias de participação social. O ensino fundamental de nove e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de pedagogia são expressões claras de direção que as políticas educacionais assumiram no Brasil com relação as crianças de 0 a 6 anos nos últimos anos.

No Brasil, as lutas em torno da Constituinte de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e as discussões em torno da atuação do ministério da educação nos anos de 1990 são parte de uma história coletiva de intelectuais, militantes e movimentos sociais. Nos anos de 1970, as políticas educacionais voltadas a educação de crianças de 0 a 6 anos significava que as crianças deviam ser atendidas nas suas necessidades (a de aprender e a brincar) e que tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental os docentes sejam capazes de ver, entender e lidar com as crianças, e não só com alunos.

A divisão de crianças de 6 anos no ensino Fundamental de nove anos, desde a decisão até a implantação e avaliação das ações, as diversas substâncias precisam atuar de modo articulado. Às políticas públicas municipais e estaduais cabem a expansão com qualidade das creches, pré-escolas e escolas com a implantação de propostas curriculares e de formação de profissionais de educação e de professores.

Nos anos de 1980 a 1990, com gestores aleitas para municípios e estados, surgiram propostas diferenciadas, algumas voltadas a melhoria da qualidade de vida da população. Importante foi o papel desempenhado pelos movimentos sociais que conquistaram o reconhecimento, na constituição de 1988, do direito a educação das crianças de 0 a 6 anos e do dever do estado de oferecer creches e pré-escolas para tornar fato esse direito, reafirmando o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e sua Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional de 1996.

Todo governante sabe da necessidade e da dificuldade que centenas de mães passam com as crianças, na qual muitas vezes não tem como cuidar, basta salientar que o investido na criança de hoje significa menos problemas com adultos amanhã. A educação infantil é muito importante no desempenho de toda formação escolar de qualquer pessoa. O governo deve investir cada vez mais nela, pois se a criança tiver uma boa educação nessa fase, todas as outras serão bem sucedidas. Também falta empenho de muitos professores que realmente não sabem seu papel na educação infantil, pois qualquer instituição só dá certo se todos abraçarem e se reunirem a um só objetivo, que é a aprendizagem da criança na fase inicial.

A história da educação infantil no nosso país ao longo prazo está mudando o seu perfil, hoje é uma preocupação dos governantes melhorar cada vez

mais a educação infantil, governo federal com parceria com os estados e municípios estão abrindo mais escolas e creches que atenda a clientela de 0 a 6 anos.

Nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores. As novas funções para a educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as interações e práticas que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma.

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todo as crianças que frequentam que a frequentam. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação.

Na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

1.2.1 Processo de intervenção na Educação Infantil

A Criança é hoje um sujeito social e histórico, constituído no seu presente, cidadão, portador e produtor de cultura. Por essa ótica, a infância passa a ser vista não mais como um tempo de desenvolvimento, mas como um tempo em si, tempo de brincar, jogar, sorrir, chorar, sonhar, desejar, colorir, ou seja, um tempo que incorpora tudo o que a criança é e faz nesse período de sua vida, um tempo em que vive como sujeito de direitos.

Na verdade, a infância é um direito inerente á criança, porém ainda há muitos casos em que a criança não usufrui deste direito. Frente a essa situação, os primeiros anos de Educação Infantil são marcantes para o aluno, pois permitem que exercite a possibilidade de se afastar do núcleo familiar, passando a agregar-se e interagir com outros grupamentos sociais. Esta passagem no universo privado e

restrito, que é a família para outro público mais amplo que é a escola, é de fundamental importância no processo da individualização do sujeito.

Para tanto, a prática educativa na instituição de Educação Infantil deve promover condições que possibilitem à criança criar, conhecer e descobrir novos valores, crenças e costumes, dessa forma, favorecer que assumam papéis sociais na interação com as outras pessoas.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) trata-se em um documento elaborado pelo MEC em 1998, que dá ênfase a formação da criança, levando em consideração o educar, cuidar e brincar. Fala da importância do projeto educativo, das condições dentro e fora dos centros de Educação Infantil, da importância da criança em seus aspectos: físicos, cognitivos, afetivos, psíquicos, social morais e espirituais, bem como, respeita as diferenças culturais, sociais, assim como também, respeita as capacidades intelectuais, artísticas, criativas e expressivas.

A Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº 9.394, promulgada em dezembro de 1996, estabelece o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis anos e a educação, ou seja, tanto as creches para as crianças de zero a três anos como as pré-escolas, para as de quatro a seis anos, são consideradas como instituições de Educação Infantil. Segundo a LDBN, a Educação Infantil é considerada a primeira etapa da educação básica.

O Estágio Supervisionado em Educação Infantil é uma exigência dos cursos de Formação de Professores como forma de relacionar teoria e prática, contemplando a ação coletiva na escola como forma de atender a necessidade da realidade escolar. É uma oportunidade de reflexão sobre a ação pedagógica, alertando para possíveis mudanças, em busca de uma melhor qualidade da educação.

Assim sendo, o trabalho desenvolvido correspondeu a uma intervenção pedagógica realizada na Escola Senador Humberto Lucena com culminância no dia 14 de junho de 2013, no turno da manhã, envolvendo a turma da pré-escola, na qual foi trabalhado o tema: “Resgatando Brincadeiras do Passado” cujo projeto didático-pedagógico foi elaborado e se procurou selecionar conteúdos e procedimentos metodológicos adequados, de acordo com a necessidade detectada.

O referido Projeto de Intervenção Pedagógica teve como objetivo geral desenvolver um trabalho de consciência dos valores necessários a convivência em

sociedade, visando estimular os alunos a aprenderem brincadeiras menos violentas, que os levam cooperação, amizade e o trabalho em equipe tanto na escola como em família.

O mesmo foi desenvolvido em uma sala de aula ampla preparada com vários cartazes abordando o tema, aonde foi feita uma exposição com jogos e brinquedos, a confecção de uma amarelinha entre outros brinquedos. A fim de se dar início às atividades partiu-se de uma conversa de sensibilização sobre o tema, sendo seguido de demonstrações das brincadeiras citadas onde todos participaram com perguntas e respostas sobre o tema abordado.

A atividade foi composta por 12 meninos e 13 meninas totalizando 25 alunos que demonstram muito interesse pelas aulas e pelos conteúdos oferecidos, prestaram atenção, com exceção de alguns que apresenta em alguns momentos indisciplina, porém, a professora cautelosa controlou-os no mesmo instante. Esta classe é heterogênea e alguns alunos são falantes e extrovertidos, outros são mais tímidos. Os extrovertidos falam bem e querem contar acontecimentos cotidianos. Alguns interagem muito bem, não há grupos isolados.

Observou-se que as professoras têm ótimo domínio da turma, conduz a aula com organização, firmeza e desenvolve atividades que favorecem o aprendizado. Utiliza temas para cada semana tomando como referência para criação as atividades diversificadas. Nota-se bastante comprometimento e esforço em relação às grandes resistências encontradas por parte dos alunos. As professoras possibilitam que os alunos possam trocar experiências e estão sempre dispostas a sanar dúvidas tratando-os de forma igualitária.

De 10 a 13 de junho iniciou-se a prática pedagógica em conformidade com os planos de aula. A rotina das aulas começava sempre com uma motivação inicial através de leituras, seguida de algumas cantigas de roda e após os intervalos para o lanche, retomava a aula com a contação de histórias para acalmar os ânimos.

No primeiro dia, em 26 de maio de 2014, foi trabalhado o conteúdo de Matemática com o tema: “Os números em nossa vida” no qual foi realizada a leitura: “A História dos Números”, que deixou os alunos entusiasmados por saberem como surgiu a contagem das coisas e objetos, logo em seguida foram realizadas atividades individuais. O assunto de Matemática foi discutido por todos, dando outros exemplos de como se pode contar, usando pedrinhas e outros objetos como lápis, cadeiras e os próprios colegas de sala.

No segundo dia, em onze de junho de 2014, foi trabalhado “As famílias silábicas do B e C”, onde foram usadas atividades xerografadas, recorte e colagens. Os alunos interagiram muito bem realizando as atividades com prazer e entusiasmo.

No terceiro dia, em doze de junho de 2014, o tema apresentado foi “Diversidade”. Começou-se com a uma roda de conversas sobre o tema, seguido da leitura da história “Menina Bonito do Laço da Fita” onde todos os alunos participaram com perguntas, exemplos e até fazendo a recontagem para os colegas.

No quarto dia, em treze de junho de 2014, foi trabalhado o conteúdo de artes e pinturas de gravuras sobre o tema diversidade, nesta aula os alunos realizaram muitas atividades lúdicas, pois desenharam, recortaram, brincaram da dança das cadeiras, amarelinhas, entre outras.

No quinto e último dia, em quatorze de junho de 2014, foi à realização do Projeto de Intervenção, intitulado: “Resgatando Brincadeiras do Passado”, foi organizada a sala com cartazes, mesinhas com exposição de jogos e brinquedos. Iniciou-se com uma roda de conversas mostrando o porquê da escolha do tema abordado, seguido de demonstrações dos brinquedos e como se brinca. Nesse momento todos participaram com entusiasmo, porém, não estavam habituados com tais brincadeiras, mas brincaram juntos de amarelinha, pula corda, bambolê, peteca, dominó, entre outras.

O Projeto “Conto e Reconto na Sala de Aula” mostrou que os alunos se sentem muito envolvidos com as lembranças dos adultos. Esse projeto teve como objetivo, além de ensinar os alunos como brincar sem machucar o outro. As músicas e brincadeiras fazem parte da infância de seus pais, isso acabou envolvendo a família com o trabalho realizado na escola.

Trabalhar o lúdico com os alunos torna a aula mais descontraída e menos cansativa. O jogo, os brinquedos e as brincadeiras são instrumentos que oferecem ao professor diferentes possibilidades educacionais. Por isso, a brincadeira não deve ser entendida como um passatempo, mas considerada como parte da vida do ser humano, fazendo desenvolver a linguagem e a imaginação do indivíduo.

Entende-se que a formação inicial do professor envolve dois tipos de conhecimento: um conhecimento teórico sobre a natureza da linguagem e um conhecimento sobre como atuar na produção de conhecimentos, sobre os processos de ensinar e aprender.

Isso significa que os professores precisam, para o exercício da profissão, de competência técnica (teoria) e de competência prática, ou seja, da confiança para ensinar de acordo com princípios comprovadamente eficazes.

Sendo assim, é imprescindível a conscientização por parte dos professores e formadores de professores, de que o saber docente não é formado apenas da prática (PIMENTA, 2000) do dia a dia em sala de aula, sendo também nutrido pelas teorias da educação e do ensino-aprendizagem.

A teoria tem importância fundamental na formação dos docentes, pois dota os sujeitos de variados pontos de vista para a ação contextualizada, oferecendo perspectivas de análise para que os professores compreendam os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si próprios como profissionais.

Assim, a experiência vivenciada na Prática de Ensino contribuiu de forma significativa para a formação do professor, possibilitando aos alunos uma melhor compreensão da sala de aula, através da reflexão/análise da teoria e prática que envolve o fazer pedagógico.

1.3 Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Este relatório corresponde às atividades de estágio supervisionado em Educação infantil do curso de Pedagogia PARFOR/UEPB, onde se apresenta inicialmente, a caracterização do próprio curso. De acordo com Oliveira e Cunha (2006, p.6): A prática do Estágio Supervisionado favorece um processo dinâmico de aprendizagens, e na atuação do campo profissional, dentro de situações reais de forma que o acadêmico possa conhecer, compreender e aplicar na realidade escolhida, a união da teoria com a prática.

Neste sentido, percebemos a importância da realidade escolar como campo de estágio para a devida atuação do(a) estagiário(a). A realidade selecionada para nossa atuação foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Senador Umberto Lucena integrante da rede municipal de Patos, sendo uma escola que atua das séries iniciais ao 5º ano do ensino fundamental.

A proposta de intervenção teve como objetivo desenvolver no aluno o prazer pela leitura aproveitando sempre os momentos após o recreio para contar histórias, sendo realizada com a turma do 1º ano, abrangendo 28 alunos (as). Com o término

desse relatório registra-se o conhecimento adquirido em relação ao estágio desenvolvido, incluindo assim, bastante experiências significativas para a formação profissional.

1. 3.1 Intervenções no Ensino Fundamental

O estágio supervisionado em Educação infantil é uma exigência dos cursos de formação de professores como forma de relacionar teoria e prática, sendo assim atendendo as necessidades da realidade escolar. O referido projeto de intervenção pedagógica teve como objetivo geral desenvolver um trabalho de consciência, incentivando o gosto pela leitura, oferecendo um conjunto de atividades culturais, priorizando a leitura a sua integração com as demais linguagens artísticas, visando facilitar o acesso das crianças no ensino de aprendizagens.

O projeto "Conto e Reconto na sala de aula" foi desenvolvido em uma sala de aula ampla preparada com vários cartazes abordando o tema, o qual foi feita uma exposição de livros, com várias historinhas. Afim de se dar início as atividades partiu-se de uma conversa de sensibilização sobre o tema, sendo seguida de demonstrações de vários cartazes, abordando o tema, onde pude ler a historinha de Dona Baratinha, cada um com convites e receitas nas mãos, pois na historinha tinha receitas e convites para o casamento da dona baratinha, onde todos participaram com perguntas e respostas sobre o tema abordado. Em seguida foram distribuídas as sacolinhas com a música da Dona baratinha, favorecendo assim uma integração com os alunos

2. LITERATURA INFANTIL: usos e desafios na educação infantil

Este capítulo se destina ao Estágio de educação infantil, tudo aquilo que foi favorável em um processo dinâmico de aprendizagens dentro de situações reais, unindo a teoria com a prática.

2.1. A literatura infantil. Algumas considerações

O homem sente uma necessidade natural de expressar seus pensamentos por meio de imagens, emblemas e símbolos. Dessa necessidade surgiram histórias ultimamente ligadas à sabedoria popular, do qual vem o hábito de buscar uma explicação ou uma causa para as coisas que acontecem e de tirar delas alguns ensinamentos úteis.

Nas salas de aula brasileiras, geralmente e ainda prevalecem a ideia de que a literatura infantil está a serviço da moralização e dos ensinamentos, independente de divertir ou instruir. Boa parte dos professores quer despertar o gosto pela leitura em seus alunos, sem no entanto, ser um leitor eficiente. Pelo contrário, seu repertório literário é bem resumido. Não é a toa que o docente em geral relaciona-se mal com a literatura e a explora com equívocos quando a leva aos seus alunos.

Reitirando Cunha (2003, p. 54) “Formas de motivação verdadeira e um acompanhamento estimulante são ‘sempre’ modos de ajudar o aluno a sentir-se em casa com o livro (e com qualquer outro objeto de arte),” ninguém deve ser obrigado a gostar de ler. Mas, cabe então, aos educadores influir o melhor que puder para despertar o “adormecido” prazer pela leitura.

Desde épocas muito antigas, os homens se reuniam para narrar, por exemplo a origem do mundo, representados pelos heróis que personificam o sistema de valores que norteavam o mundo cultural, tornando a vida em sociedade mais significativa. Com o decorrer dos tempos, o homem passa a conceituar tais histórias como arte literária.

De acordo com o Tufano (1984, p.10). “Literatura é a expressão de uma certa concepção da realidade interior ou exterior do artista, fruto de sua experiência pessoal, transmitindo assim conhecimento individual dessa realidade”.

Ou seja, a função atribuída as narrativas muda de acordo com a evolução da sociedade. A sociedade está em constante mudança e com elas as necessidades, interesses e interpretação da realidade.

Aos poucos a literatura vai sendo apropriada pela escola e passa a contribuir para a formação do homem. Desde o seu início, a escola é influenciada por idéias moralizantes. Seu objetivo era inculcar normas de boa conduta aos alunos, afastando-os de más influências, com o intuito de moldá-los segundo as concepções de cada época.

Antigamente não se escrevia diretamente para a criança, pois a infância não era considerada, e a criança era tratada como adulto em miniatura, no qual o período de maturidade deveria ser encurtado. Somente a partir do século XVIII, quando Charles Perrault publicou os *contos da mamãe gansa*, foi que a literatura infantil começou a delinear.

Segundo Lajolo Zilberman (1988, p.17). “passa a motivar a criança com objetos industrializados (o brinquedo) e culturais (o livro) ou novos ramos de ciência (a psicologia infantil, a pedagogia)”. Necessitando assim de uma leitura que pudesse contribuir para sua formação como indivíduo.

Durante a Idade Média, a escola estava sob o domínio da Igreja Católica, e os conteúdos eram ministrados para os integrantes da nobreza e do clero. Essa escola transmitia a cultura erudita, e a pedagogia baseava-se na memorização, na acumulação de conhecimentos e na moralização da criança. A nova valorização da criança gerou os meios de controle do desenvolvimento intelectual da criança e a manipulação de suas emoções.

Dentro desse contexto, a literatura infantil continua sendo apropriada, assim como a literatura não infantil, para os fins pedagógicos com o objetivo de condicionar a criança para atender aos padrões exigidos. Aliás, os reformadores educacionais moralistas, principalmente eclesiásticos e juristas, implantam propostas pedagógicas, que preservam os valores socioculturais necessários a manutenção da ordem social. A incumbência da escola passa a se preparar a criança para o convívio com adultos.

Nos séculos XVIII E XIX, a criança é confinada em internatos, onde predomina um regime disciplinar severo. Ainda nessa época, surgem estudos em Psicologia Infantil e Pedagogia, voltados à observação infantis, no entanto, a

preocupação dessas ciências é utilitarista, ou seja, ansiosa em apressar o processo de amadurecimento.

Com o desenvolvimento dos estudos em Psicologia e Psicanálise passa-se a um gradativo movimento em favor do lado lúdico da literatura, acompanhado de novos conceitos de prazer, ligados aos conceitos burgueses de se consumir mais. Magnani (2001, p.74), salienta que há uma “especulação empobrecedora da tendência infantil a fabulação e à percepção sensorial, para convencer pela razão”.

No século XIX, na França, surge a literatura trivial ou literatura de massa – o folhetim. Na imprensa de grande tiragem, junto à qual surge o folhetim, está a moderna indústria cultural. Tal indústria é um dos desdobramentos ideológicos do poder privado, pois explora o gosto de muitos em privilégios de poucos. A produção em série da literatura infantil faz com que se perca a noção de copia única e a identidade do autor. A escola passa a ser a instituição através da qual o escrito se sustenta, na medida em que fica submetida à demanda daquele público leitor.

No mesmo século XIX, surge a literatura infanto-juvenil brasileira com algumas obras esporádicas como *As aventuras do celeberrimo Barão de Münchhausen* (1881), que inauguram uma série de traduções e adaptações de histórias europeias. Essa fase é representada, em especial, pelo tradutor Carlos Jansen, *Contos seletos das mil e uma noites* (1882), *Robinson Crusóé* (1885), *Viagens de Gulliver a terras desconhecidas* (1888); e pelo adaptador de obras estrangeiras Figueredo Pimental, *Contos da Carochinha* (1884), *Histórias da avozinha* (1896), *Histórias da baratinha* (1896).

Nos anos 40, a obra de Lobato começa a ser proibidas nos colégios religiosos por ser considerada noviça à formação moral das crianças. Surge, então, uma literatura sem espaço para fantasias, criatividade e irrealidades. Na década de 50, com o advento da televisão, instala-se a crise da leitura no Brasil. A literatura surge sob a roupagem de entretenimento.

A partir de meados de 1970 surgem propostas para a renovação da literatura no Brasil. São promovidos encontros, seminários e congressos a respeito do assunto; pensa-se na inclusão de cursos de literatura infantil nas universidades; os textos de literatura infantil passam a ser estudados nos cursos de pós-graduação.

Nos anos 70 ocorre *boom* da literatura infantil, “manifestado através uma venda sem precedentes de livros para criança, na proliferação de associações voltadas ao incentivo da leitura infantil, no surto de encontros, seminários e

congressos, a respeito do assunto e na inclusão de cursos de literatura infantil na programação das universidades” (CADEMARTORI, p.11).

Atualmente, a escola, inserida no contexto de modernização capitalista, define quais as características do livro infantil, escolhendo o livro de acordo com a faixa etária e o gosto dos alunos, sob o pretexto de estimular o gosto pela leitura. Para Magnani (2001, p. 42), tal medida “acaba moldando e imobilizando o gosto do leitor, tendendo a torná-lo consumidor da trivialidade literária, cultural, histórica e política, que enche os bolsos de alguns, mas esvazia os direitos de muitos a construir e participara da cultura e do conhecimento.

A escritora Ana Maria Machado, em entrevista concedida à Revista Nova Escola, em setembro de 2001 (p.23), fecha esta questão ao comentar sobre o seu amor pela leitura: “é preciso ensinar aos alunos a beleza da língua e reafirmar a noção de que o livro é um amigo que está sempre ao nosso lado”.

2.2. A leitura infantil e a escola

Muito se escuta que o brasileiro não cultiva o gosto pela leitura, pois devido ao mundo moderno e globalizado, ligado a pressa, acaba por se esquecer dessa ação tão importante na vida diária.

Devido aos meios de comunicação como TV e Internet, as relações interpessoais apresentam-se fragmentadas. As pessoas têm deixado de apreciar um bom livro, principalmente para entender-se com meios de comunicação de massa porque são de rápida absorção.

Estudos realizados na área de leitura apontam que a literatura infantil, se bem trabalhada, auxilia, não só na formação do caráter, como se teorizou por muito tempo, mas também na formação geral da criança enquanto pessoa crítica e bem informada. A criança que lê, adquire mais parâmetros para fazer comparações e selecionar as obras que lhe parecer melhor, tanto em situações escolares como em situações de sua vida cotidiana.

A imaginação, o sonho, a fantasia são fontes que alimentam a inteligência da criança, por tanto, contribuem para a sua formação. O mundo da ficção proporciona uma visão de mundo que, muitas vezes, preenche lacunas resultantes de sua restrita experiência de vida.

Regina Ziberman (1985) diz que através de contos de fadas, da reapropriação de mitos, fábulas e lendas folclóricas ou de relatos de aventuras, o leitor reconhece o contorno dentro do qual está inserido e com o qual compartilha sucesso e dificuldades.

Nas salas de aula, brasileiras, geralmente e ainda, prevalecem a ideia de que a literatura infantil está a serviço da moralização e dos ensinamentos, independente de divertir ou instruir. Boa parte dos professores quer despertar o gosto pela leitura em seus alunos, sem, no entanto, ser um leitor eficiente. Pelo contrário, seu repertório literário é baixíssimo! Não é a toa, que o docente, em geral, relaciona-se mal com a literatura e a explora com equívocos quando a leva aos seus alunos. Este docente ainda coloca.

Quando um professor leva um livro à criança pretende que este seja uma forma de aquisição de conhecimentos. A ideia de que a leitura vai fazer bem à criança faz com que a leitura se torne obrigação, mesmo que esta obra não lhe diga nada. Ele terá que ler para ser submetida a uma avaliação e será punida se não cumprir com suas responsabilidades escolares. Parece que um silêncio preenche um espaço entre a indicação do título do livro a ser lido é avaliação que comprovará sua leitura. A prova medirá o que o aluno apreendeu da história, do foco narrativo, das personagens – dados da área cognitiva. Aliás, é justamente essa a principal preocupação da escola: avaliar. A criança que não leu será sancionada pela nota baixa na prova e, atividades que tornem uma fonte de prazer e um desafio saudável para o aluno são esquecidas.

Ninguém deve ser obrigado a gostar de ler. Cabe, então, aos educadores influir o melhor que puder para despertar o “adormecido” prazer da leitura. “Formas de motivação verdadeiras e um acompanhamento estimulante são “sempre” modos de ajudar o aluno a sentir-se em casa com o livro (e com qualquer outro objeto de arte)” (CUNHA.2003, p.54).

Rocha (1983, p.54) confirma essa ideia quando escreve que o educador deve procurar formas de despertar o prazer pela leitura, tornando o indivíduo intelectual informado.

Rubem Alves, no artigo “Sob o feitiço dos livros”, publicado na *FolhaOnline* em 27 de janeiro de 2004, diz que “[...]sempre se repete de que os adolescentes não gostam da leitura. Sei que, como regra, não gostam de ler. O que não é a mesma

coisa que não gostar de leitura”. Portanto, não gostar de ler é uma coisa, não gostar de leitura é outra.

3 METODOLOGIA

Alvarenga e Bianchi, (2002 apud ALBUQUERQUE e SILVA, 2006, p. 2) dizem que: “estágio é um período de estudos práticos para a aprendizagem e a experiência, envolvendo supervisão, revisão, correção e exame cuidadoso, trazendo resultados surpreendentes quando visto e desenvolvido de forma adequada”.

Para Lakatos e Marconi:

A pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisados, em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre o mesmo (1987, p. 66).

Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica de acordo com a classificação de Gil (2009). Como procedimentos metodológicos referentes a pesquisa bibliográfica apresentamos: escolha e seleção do tema; elaboração do plano de trabalho; localização das obras de referência da temática em estudo; análise e interpretação crítica do material coletado e redação ou elaboração da monografia. Como principais referências teóricas apresentamos: Cademartori (1987); Cunha (2003); kleiman (2004); Lajolo e Zilbermam (1988); machado (2001) entre outros.

A presente pesquisa objetivou analisar o panorama da literatura infantil e produzir conhecimentos a partir de fontes bibliográficas utilizando-se de artigos, livros, periódicos e sites na construção dessa monografia e que expressem o trabalho de sala de aula no que se refere a literatura infantil.

A coleta de dados em sua primeira fase contou com a elaboração de resumos de fontes bibliográficas que trataram do tema em questão. Sendo previamente selecionada em conformidade com a importância da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas salas de aula brasileiras, geralmente ainda prevalecem a ideia de que a leitura infantil está a serviço da moralização e dos ensinamentos, independente de divertir ou instruir. Um grande número dos professores quer despertar o gosto pela leitura em seus alunos, sem no entanto, ser um leitor eficiente. Pelo contrário, seu repertório literário é bem resumido. Não é à toa que o docente em geral relaciona mal com a literatura e a explora com equívocos quando a leva dos seus alunos.

Uma forma de motivação verdadeira é um acompanhamento estimulante que promova o contato com os objetos da literatura. Esse contato é um modo de ajudar o aluno a sentir-se em casa com o livro (e com qualquer outro objeto de arte), ninguém deve ser obrigado a gostar de ler: Mas cabe então, aos educadores influir o melhor que puder para despertar o “adormecido” prazer pela leitura.

A literatura é a expressão de uma certa concepção da realidade interior ou exterior do artista, fruto de sua experiência pessoal, transmitindo assim conhecimento individual dessa realidade.

Ou seja, a função atribuída as narrativas muda de acordo com a evolução da sociedade. A sociedade está em constante mudança e com elas as necessidades, interesses e interpretação da realidade.

A literatura é um veículo de abertura das mentes dos alunos para o mundo da imaginação, o que favorece o amadurecimento biológico, psicológico e intelectual na construção de um ser humano saudável mediado pela escola.

Dessa forma, o professor é o facilitador/mediador/incentivador junto aos alunos da literatura oportunizando momentos pedagógicos que despertam o gosto pela leitura da literatura nacional e mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste estudo, podemos perceber que a literatura infantil se apresenta como um aspecto muito importante na aquisição da aprendizagem dos alunos e no seu amadurecimento psicológico e cognitivo. Dessa maneira a utilização da literatura desde cedo favorece o aprimoramento dos processos cognitivos que envolvem a aprendizagem, estimula a imaginação, a socialização e a aquisição de valores necessários a um crescimento saudável.

Desenvolver o hábito da leitura e de modo específico a leitura infantil, é uma necessidade da escola e dos professores, como uma ferramenta a serviço da formação de leitores proficientes. Nossa proposta inicial foi de analisar a importância da leitura na educação infantil, percebemos que muitas são as aprendizagens que as crianças fazem por meio dela.

A grande maioria dos autores acredita que letramento não é um método, e sim uma prática, inseridas nas ações cotidianas da sociedade, havendo, portanto, a necessidade de uma mudança nas propostas pedagógicas onde se possa alfabetizar / letrando o processo de ensino aprendizagem da leitura e da escrita na escola, não pode ser visto como um mundo à parte e não ter a finalidade de preparar o sujeito para a realidade na qual se insere.

Em relação aos estágios podemos concluir que no estágio o em gestão foi uma experiência curta, porém significativa, trazendo resultados positivos e aumentando as nossas expectativas com relação a escola e sala de aula mais especificamente.

O estágio supervisionado em educação infantil, foi muito importante para o trabalho a ser executado em qualquer profissão. O processo de observação ocorrido durante o Estágio possibilitou a aplicação e concretização dos conhecimentos teóricos obtidos durante o curso.

No terceiro Estágio, que foi no Fundamental intencionou-se como objetivo desenvolver no aluno o prazer pela LEITURA, aproveitando sempre para contar historinhas interagindo com muito entusiasmo.

Diante de todo o exposto fica evidente que o educador precisa direcionar seu trabalho da melhor maneira possível dentro das condições e das circunstâncias que lhe são impostas, que encare as escolas com o objetivo de fazer um estudo da instituição tudo que ensinado no curso e de ser o promotor de uma educação de

qualidade que valorize e estimule o gosto pela leitura, pela literatura e pelo conhecimento de mundo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político-pedagógico**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

PENIN, Sonia T. Sousa e VIEIRA, Sofia Lerche. Refletindo sobre a função social da escola. In: VIEIRA, Sofia Lerche (org). **Gestão da Escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002, p.13-43.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: ____, Selma Garrido (org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 15-34.

CADEMARTORI, Lúgia. **O que é literatura infantil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil: teoria & prática**. 18. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6° ed - São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Pesquisa bibliográfica. Metodologia do trabalho científico**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1987. Cap.2, p. 66

KLEIMAN, Angela. **Oficina de leitura: teorica e prática**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história & história**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1988

MACHADO, Ana Maria. **A literatura deve dar prazer**. Rio de Janeiro: Nova Escola: a revista do professor, São Paulo, v. 16, n. 145, p. 21-23, set. 2001. Entrevista concedida a Priscila Ramalho.

